

Concat Holding de Distribuição S.A.

CNPJ nº 32.239.292/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo circulante	Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	5 739 106.553 40.240 152.873	Fornecedores	14 - 32 71.048 111.337	Nota	2023	2022	2023	2022
Contas a receber	6 - 163.252 134.319	Obrigações tributárias	15 11 16 17.013 14.409	Nota	2023	2022	2023	2022
Estoques	7 - 188.256 183.519	IRPJ e CSLL a pagar	16 - 4.257 6.409	Nota	2023	2022	2023	2022
Impostos a recuperar	8 1.550 538 21.775 13.796	Contas a pagar por aquisição de controladas	17 21.597 38.357 58.445 130.892	Nota	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	3 98 6.388 5.539	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18 - 16.764 16.197	Nota	2023	2022	2023	2022
Outras contas a receber	735 568 15.478 3.683	Passivos de arrendamento	19 - 9.382 7.694	Nota	2023	2022	2023	2022
Total do ativo circulante	3.027 107.757 435.389 493.729	Dividendos a pagar	20 - 5.193 -	Nota	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante	21 20.257 9.122	Mútuo e outras contas a pagar	21 - 55.317 -	Nota	2023	2022	2023	2022
Impostos diferidos	- - 1.092	Outras contas a pagar	22 153 2.504 14.209 5.008	Nota	2023	2022	2023	2022
Depósitos judiciais	- - -	Total do passivo circulante	22.696 40.909 251.628 291.946	Nota	2023	2022	2023	2022
Direito de uso – Imóveis	10 - 41.034 28.584	Passivo não circulante	23 17 107.984 104.524 144.832 168.336	Nota	2023	2022	2023	2022
Outras contas a receber	- - 969	Contas a pagar por aquisição de controladas	24 10 - 34.313 24.011	Nota	2023	2022	2023	2022
Investimentos	13 350.300 264.723	Passivo de arrendamentos	25 - - 2.922	Nota	2023	2022	2023	2022
Imobilizado	11 11 18 15.863 11.491	Total do passivo não circulante	26 107.984 104.524 179.145 195.269	Nota	2023	2022	2023	2022
Intangível	12 - 242.434 254.905	Patrimônio líquido	27 19 236.139 259.329 236.139 259.329	Nota	2023	2022	2023	2022
Total do ativo não circulante	350.311 264.741 319.588 306.163	Capital social	28 (16.485) (12.597) (16.485) (12.597)	Nota	2023	2022	2023	2022
Total do ativo	353.338 372.498 754.977 799.892	Reserva de capital	29 3.004 (19.667) 3.004 (19.667)	Nota	2023	2022	2023	2022
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.		Atribuível aos acionistas controladores	30 222.658 227.065 222.658 227.065	Nota	2023	2022	2023	2022
		Participação de não controladores	31 - 101.546 85.612	Nota	2023	2022	2023	2022
		Total do passivo e do patrimônio líquido	32 353.338 372.498 754.977 799.892	Nota	2023	2022	2023	2022
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.						
		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)						
		Reservas de lucros						
		Nota	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Legal	Retenções	Total
		63.328	-	(13.339)	-	-	-	49.989
		196.001	-	-	-	-	-	196.001
		-	-	-	-	-	-	77.075
		-	-	(6.328)	-	-	(6.328)	8.537
		-	-	-	-	-	-	2.209
		-	(12.597)	-	-	(12.597)	-	(12.597)
		259.329	(12.597)	(19.667)	-	-	227.065	85.612
		19 (49.000)	-	-	-	-	(49.000)	(49.000)
		19 25.810	-	-	-	-	25.810	25.810
		19 41.500	-	-	-	-	41.500	41.500
		(41.500)	-	-	-	-	(41.500)	(41.500)
		-	(3.888)	-	-	-	(3.888)	2.887
		-	-	-	-	23.606	23.606	17.305
		-	19.667	-	(19.667)	-	-	-
		-	-	197	(197)	-	-	-
		-	-	-	(935)	(935)	-	(4.258) (5.193)
		236.139	(16.485)	197	2.807	222.658	101.546	324.204
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.						
		Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$)						
1. Contexto operacional:	A Concat Holding de Distribuição S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, nº 375, conjunto 71, parte, bairro Cidade Monções, CEP 04.571-938, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12/12/2018 com a denominação social inicial SF One Hundred And Ten Participações Societárias S.A. A Companhia tem por objeto social a atividade de participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia tem atuado desde a sua constituição ativamente na prospecção de novos investimentos. O processo de identificação de uma empresa com potencial para investimento até a aquisição do controle é constituído de várias etapas, assim sumarizadas: i) prospecção inicial de uma empresa target; ii) contato inicial com os empreendedores; iii) realização de due diligencies; iv) negociação do preço; v) acordo final entre as partes; e, vi) aprovação pelos órgãos reguladores, quando aplicável. A execução deste processo é realizada por executivos contratados pela Companhia com apoio de consultorias especializadas. Em 28/07/2023, o acionista controlador Patriarca Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia realizou o aumento de capital de sua controlada Bravco S.A., mediante aporte das ações da Concat Holding de Distribuição S.A. de sua titularidade, passando a Bravco S.A. ser a controladora direta da Concat. Os recursos necessários para realização do investimento são aportados na Companhia pela Bravco S.A. quando necessário.							
1.1 Relação de entidades controladas:	Segue abaixo a relação de controladas pela Companhia:							
	Participação acionária %	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Controladas diretas	JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A.	82,20	79,27	-	-	-	-	-
Controladas indiretas	JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda.	82,20	79,27	-	-	-	-	-
	Samaúma Holding S.A.	58,83	55,49	Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 01/01/2024.	-	-	-	-
	Marques & Melo Ltda.	58,83	55,49	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor- arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de direitos, como não circulares em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por um mínimo de doze meses da data do balanço patrimonial. A data de aplicação é para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço, até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulares ou não circulares. Sómente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020, de acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As alterações supramencionadas não geraram impactos materiais nas divulgações da Companhia.	-	-	-	-
	Prime Distribuidora de Produtos de Higiene Ltda.	58,83	55,49	3.2 Alterações que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas de normas emitidas pela IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • CPC 26 (IAS 1) – de acordo com o CPC 26, para uma entidade classificar passivos como não circulares em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por um mínimo de doze meses da data do balanço patrimonial. A data de aplicação é para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço, até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020, de acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As alterações supramencionadas não geraram impactos materiais nas divulgações da Companhia.	-	-	-	-
	WM Log Transporte e Logística Ltda	58,83	55,49	3.2 Alterações que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas de normas emitidas pela IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • CPC 26 (IAS 1) – de acordo com o CPC 26, para uma entidade classificar passivos como não circulares em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por um mínimo de doze meses da data do balanço patrimonial. A data de aplicação é para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço, até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020, de acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As alterações supramencionadas não geraram impactos materiais nas divulgações da Companhia.	-	-	-	-
	Bodegamix Comércio de Mercadoria Em Geral Ltda.	58,83	55,49	3.2 Alterações que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas de normas emitidas pela IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • CPC 26 (IAS 1) – de acordo com o CPC 26, para uma entidade classificar passivos como não circulares em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por um mínimo de doze meses da data do balanço patrimonial. A data de aplicação é para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço, até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020, de acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mens				

continuação

de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento desreconhecimento não são contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderá essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato, mas os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Passivos financeiros que são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **f.3 Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais ao recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **f.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f.5 Impairment:** A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e comportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "forward looking", como premissas macroeconómicas de inflação e crescimento das vendas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. **g. Caixas e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou sua realização. **h. Contas a receber:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão ao valor recuperável. **i. Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos operacionais das instalações dos armazéns e veículos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, deduzido dos créditos tributários do PIS e Cofins, recuperados sobre os pagamentos mensais dos arrendamentos e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remunerações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia não possui componente de custo com valores de pagamentos de arrendamento variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: Pagamentos fixos, incluindo pagamento fixos na essência; Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de curto prazo ou ativos subjacentes de baixo valor:** A Companhia não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos. **II. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.** **j. Provisões:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. **k. Contratos com fornecedores:** A Companhia é parte em contratos de verbas comerciais firmados com seus fornecedores e clientes. A Companhia avalia se o principal ou atua como intermediador para cada contrato. Para os contratos nos quais a Companhia atua apenas como intermediador, os valores a receber e a repassar são reconhecidos no balanço. **L. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes. **m. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Companhia que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. **n. Subven-**

Concat Holding de Distribuição S.A.

ções governamentais: A Companhia e suas controladas se beneficiam do regime especial de tributação de redução de alíquotas ou base de impostos. De acordo com a legislação tributária brasileira aplicável, os benefícios fiscais de ICMS validados e depositados pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), são excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, desde que registrado em reserva de lucros, que somente poderá ser utilizada para: Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou; Aumento do capital social. A Companhia não realiza a reserva reflexa de suas subsidiárias. Suas controladas reconhecem estes benefícios como resultados, para os quais é posteriormente constituída reserva especial de incentivo fiscal de acordo com o registro das suas apurações e regras relativas ao IRPJ e CSLL vigentes na data. **o. Base de consolidação: i. Combinacão de negócios:** Combinacões de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende a definição de um negócio ou seu controle é transferido para a Companhia e suas controladas. Ao terminar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam se o conjunto de atividades e ativos adquiridos incluem, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar output. A Companhia e suas controladas tem a opção de aplicar um teste de concentração que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se substancialmente todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável o grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data da aquisição e é remensurada ao valor justo em cada data de relatório. As alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **ii. Controlos:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a Entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a Entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **iii. Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação em uma subsidiária que não resultem perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **iv. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas em quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas são eliminadas. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. **v. Aquisição de controle da JR Atacadista de Produtos de Higiene Ltda.:** Em 04/02/2022 a Companhia concluiu o processo de aquisição de 70,00% do capital social da Empresa JR Atacadista de Produtos de Higiene Ltda. que atua na distribuição e comércio atacadista de bens de consumo não duráveis, incluindo, mas não se limitando, a produtos de higiene, limpeza, conservação, santeantes domissanitários, cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal e produtos alimentícios em geral pelo montante de R\$ 171.500, dos quais R\$ 42.875 foram transferidos no momento da transferência do controle.

a. Contraprestação transferida:

	R\$ mil
1 parcela CDI 1 ano	42.875
2 parcela CDI 2 ano	25.725
3 parcela CDI 3 ano	17.150
4 parcela CDI 4 ano	17.150
5 parcela CDI 5 ano	34.300
Total	171.500

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

	31.01.2022
Caixa e equivalente de caixa	2.493
Aplicações financeiras	3.729
Clientes	40.095
Adiantamentos	1.628
Impostos a recuperar	60
Estoques	48.981
Outros ativos	26
Imobilizado	4.316
Empréstimos e financiamentos	(1.143)
Fornecedores de serviços	(17.343)
Obrigações trabalhistas	(371)
Obrigações tributárias	(2.445)
Provisões	(4.361)
Outras contas a pagar	(1.944)
Total	73.721

c. Mensuração de valor justo:

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos Técnica de avaliação

	31.08.2022
Arrendamentos	(3.332)
Outras contas a pagar	(5.476)
Total dos ativos identificáveis, líquido	141.210

c. Mensuração de valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos Técnica de avaliação

	31.08.2022
Arrendamentos	(3.332)
Outras contas a pagar	(5.476)
Total dos ativos identificáveis, líquido	141.210

c. Mensuração de valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos Técnica de avaliação

	31.08.2022
Arrendamentos	(3.332)
Outras contas a pagar	(5.476)
Total dos ativos identificáveis, líquido	141.210

c. Mensuração de valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos Técnica de avaliação

	31.08.2022

</

continuação

Concat Holding de Distribuição S.A.										
14. Fornecedores:										
Total										
Remuneração de contratos	3.319	Fornecedores de mercadorias para revenda								
Despesa de amortização	(7.461)	Fornecedores de serviços e outros fornecedores								
Em 31/12/2023	41.034	Partes relacionadas (nota 9)								
Não há saldos relacionados a operações de arrendamentos na Controladora. b. Passivo de arrendamento mercantil: Saldos de passivos de arrendamento mercantil estão apresentados a seguir:										
Consolidado										
Em 31/12/2021	-	ICMS								
Adição por aquisição de controlada	6.530	PIS e COFINS								
Adição por novos contratos	27.682	Outros								
Pagamento de principal	(5.240)									
Juros provisionados	2.733									
Em 31/12/2022	31.705									
Remuneração de contratos	3.319	Salários e pró-labore a pagar								
Adição por novos contratos	16.592	Encargos sobre folha								
Pagamento de principal	(7.921)	Provisão para férias, 13º e encargos relacionados								
Pagamento de juros	(4.959)	Provisão para bônus								
Juros provisionados	4.959	Outros passivos trabalhistas (i)								
Em 31/12/2023	43.695									
Passivo circulante	9.382	(i) Incluem provisões previdenciárias sobre benefícios concedidos.								
Passivo não circulante	34.313									
Os contratos de arrendamentos de imóveis possuem prazo médio de 10 anos e taxa de juros média de 11,2% a.a. Não há saldos na controladora em 31/12/2023 e 2022. 11. Imobilizado: A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:										
Consolidado										
Máquinas e Benfeitorias		Equipamentos								
equipa- em imóveis		Instalações								
mentos de terceiros		mática								
Veículos		Total								
Custo	-	-	-	-	41	41				
Depreciação acumulada	-	-	-	-	(15)	(15)				
Saldo líquido em 31/12/2021	-	-	-	-	26	26				
Adição por aquisição - custo	7.878	24	11.549	3.606	3.891	26.948				
Depreciação	(3.728)	(1)	(8.701)	(706)	(2.063)	(159)				
Adições	400	-	869	670	486	2.425				
Baixa, líquida (custo e	84	-	(1.758)	185	(262)	(1.751)				
Depreciação	(284)	-	(155)	(427)	(92)	(958)				
Custo	8.362	24	10.660	4.461	4.156	27.663				
Depreciação acumulada	(4.012)	(1)	(8.856)	(1.133)	(2.170)	(16.172)				
Saldo líquido em 31/12/2022	4.350	23	1.804	3.328	1.986	11.491				
Adições	819	1.963	53	3.636	218	6.689				
Baixa, líquida (custo e	(7)	-	(130)	(2)	-	(139)				
Depreciação	(363)	(624)	(427)	(437)	(327)	(2.178)				
Custo	9.174	1.987	10.583	8.095	4.374	34.216				
Depreciação acumulada	(4.375)	(625)	(9.283)	(1.570)	(2.497)	(18.350)				
Saldo líquido em 31/12/2023	4.799	1.362	1.300	6.525	1.877	15.863				
Os saldos da controladora são insignificantes.										
12. Intangível:										
Consolidado										
Sistemas de Com-putação	Carteira de Clientes	Marcas e Patentes	Valor justo dos estoques	Ágio	Total	(Prejuízo)	Lucro antes dos impostos			
						23.606	(6.328)	53.658	5.061	
Saldo líquido em 31/12/2021	-	-	-	-	-	34%	34%	34%	34%	
Ativos incorporados	8.024	-	-	-	8.024	Altíquota Nominal				
Adições	-	49.972	30.150	15.669	175.258	271.049	Despesa IR/CS nominal			
Amortização	(120)	(5.116)	(3.263)	(15.669)	-	(24.168)	Outras (Doações etc.)			
Saldo líquido em 31/12/2022	7.904	44.856	26.887	-	175.258	254.905	Ativo diferido não constituído			
Adições	3.545	-	-	-	-	(5.354)	(1.966)			
Amortização	(15)	(9.971)	(6.030)	-	-	(16.016)	Exclusões Permanentes			
Saldo líquido em 31/12/2023	11.434	34.885	20.857	-	175.258	242.434	Ativo diferido não constituído			
Taxa média amortização a.a.	20%	20%	20%	-	-	-	Ativo diferido não constituído			
12.1 Impairment: A Companhia realizou testes de redução ao valor recuperável do ágio em 30/09/2023, conforme segue:										
Inputs significativos não observáveis										
Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor presente dos fluxos de caixa										
• Previsão da taxa de crescimento anual da receita;	0 valor presente dos fluxos de caixa poderia aumentar (diminuir) se:									
• Previsão da taxa de crescimento dos custos variáveis dos insumos:	• A taxa de crescimento dos custos fosse maior (menor);									
• Taxa de desconto ajustada ao risco.	• A taxa de desconto ajustada ao risco fosse (maior) menor.									
O valor recuperável é determinado segundo o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa com base nas projeções econômicas/financeiras da controlada para os próximos 10 anos, perpetuadas a partir do último ano. Qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil a exceder o valor recuperável.										
2023										
Crescimento médio ponderado anual da receita	12,7%									
Crescimento médio ponderado anual do custo variável	12,7%									
Taxas de desconto nominal (WACC)	19,0%									
Crescimento na perpetuidade	3,5%									
As principais premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável estão definidas acima. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação da administração de futuras tendências para o negócio e foram baseadas em experiências históricas, projeções de crescimento, baseadas em dados internos e externos. O valor recuperável estimado excede o valor contábil em aproximadamente R\$ 502.469. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ágio não excede o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. 13. Investimentos: a) Composição do investimento: Os saldos de investimento referem-se ao percentual de participação da Controladora sobre o patrimônio líquido da Controladora, como segue: b) Movimentação do investimento:										
Movimentação do saldo de investimentos										
2023										
Patrimônio líquido em 04/02/2022	-	73.721								
Percentual adquirido	-	70%								
Patrimônio líquido adquirido	-	51.604								
Ágio e mais valia na aquisição	-	11.896								
Saldo inicial do investimento	264.723	171.500								
Aumento de capital na investida	56.600	101.000								
Transações com minoritários	(3.888)	(12.596)								
Resultado da equivalência patrimonial	40.033	14.237								
Amortização da mais valia	(5.209)	(9.418)								
Dividendo distribuído	(1.959)	-								
Valor contábil do investimento	350.300	264.723								
Em 14/02/2023, a Companhia realizou um aporte de R\$26.300 na controlada JR Atacadista, não acompanhado pelo minoritário, aumentando assim sua participação em 1,47%, ou R\$24.145. A Companhia reconhece o efeito na operação no montante de R\$2.155 em reserva de capital, dentro de seu Patrimônio. Em 14/09/2023, a Companhia realizou novo aporte, no montante de R\$30.000, aumentando sua participação em 1,46%, ou R\$28.567, reconhecendo um efeito de R\$1.733 em reserva de capital, totalizando R\$3.888 no ano. Em 13/04/2023 a controlada JR Atacadista recebeu ações dos minoritários em função de um acordo de ajuste de participações, aumentando assim sua participação na controlada Samaúma S.A. em 1,57%, passando a possuir 71										

continuação

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e

Concat Holding de Distribuição S.A.

sus controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades

ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 04/03/2024.

KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/0-1

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



GIP Medicina Diagnóstica S.A. e Controladas

CNPJ/MF nº 43.721.026/0001-31

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto pelo prejuízo por ação)										
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado		
		2023	2022			2023	2022			
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.936	66.571	39.038						
Contas a receber de clientes	4	64.398	55.241	69.200						
Impostos a recuperar	5	8.782	8.410	8.783						
Outros ativos		7.627	5.954	7.829						
Total ativo circulante		115.743	136.176	124.850						
Não circulante										
Depósitos judiciais	12	-	78	5						
Obras de artes - quadros		2.443	2.376	2.443						
Investimentos	6	19.037	-	-						
Imobilizado	7	94.761	96.203	99.103						
Direito de uso	8	80.975	90.090	80.975						
Intangível		6.058	4.381	10.302						
Outros ativos		268	503	288						
Total do ativo não circulante		203.542	193.631	193.116						
Total do ativo		319.285	329.807	317.966						
Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora	2023	2022	2023					
Circulante										
Fornecedores	9	40.077	30.181	41.286						
Emprestimos e financiamentos	10	61.210	66.919	61.673						
Salários e encargos trabalhistas	11	9.730	8.209	10.200						
Arrendamento mercantil	8	7.045	5.913	7.045						
Outras contas a pagar		5.146	1.555	9.954						
Total do passivo circulante		123.208	112.777	130.158						
Não circulante										
Arrendamento mercantil	8	88.281	95.452	88.281						
Emprestimos e financiamentos	10	41.388	23.440	46.432						
Obrigações tributárias e sociais		613	-	613						
Provisão para riscos	12	1.998	1.970	2.892						
Contas a pagar na aquisição de empresas	6.1.a	14.457	-	1.004						
Total do passivo não circulante		146.737	120.862	139.222						
Patrimônio líquido										
Capital social	13	170.055	170.055	170.055						
Reserva de capital e de opções	13	59.886	59.848	59.886						
Prejuízos acumulados		13 (180.601)	133.735	180.601						
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		49.340	96.168	48.586						
Participação de não controladores		-	-	(754)						
Total do patrimônio líquido		49.340	96.168	48.586						
Total do passivo e do patrimônio líquido		319.285	329.807	317.966						
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS										
1. CONTEXTO OPERACIONAL: Fundada em 16/07/1973, a GIP Medicina Diagnóstica S.A. ("Companhia" ou "Femme") tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Freitas, 188, bairro Paraisó. A Companhia é um laboratório de diagnóstico para mulheres e suas atividades principais são: atividade médica com recursos para realização de exames complementares, laboratórios clínicos, serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante (exceto tomografia), serviços de ressonância magnética e serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante (exceto ressonância magnética). A Companhia possui filiais situadas no município de São Paulo e Osasco dentro do Estado de São Paulo, na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, 10º andar, Paraisó (Unidade Preference), Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 228, térreo, 1º, 2º e 3º andares, Paraisó (Unidade Express), Avenida Ibirapuera, 2.401, Indianópolis (Unidade Moema) e Rua Cantagalo, 1.217, Vila Gomes Cardim (Unidade Tatuapé), Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, 4º andar (Unidade Preference), Rua Salem Bechara, 140 (Unidade Osasco), Avenida Sumaré, 1.166 (Unidade Perdizes), Avenida Bráz Leme, 1.732 a 1.738 (Unidade Santana), Avenida Adolfo Pinheiro, 1.835 (Unidade Santo Amaro), Rua Cerro Corá, n.º 1.675 (Unidade Alto da Lapa), Avenida Paulista, n.ºs 2.444 (conjuntos 1, 91 e 92), 2.448 e 2.452 (Unidade Paulista), além da expansão da unidade Tatuapé e a unidade administrativa Rua Bernardino de Campos, 98 (Galeria) e Rua Funchal, 537 (Unidade Vila Olímpica). Situação econômica e financeira: A Companhia realiza exames de imagem e análises clínicas em todas as suas unidades. Sua cobertura inclui todas as principais companhias de seguro de saúde do mercado brasileiro. A qualidade e a excelência do Femme são reconhecidas pelos operadores de saúde, médicos e clientes. A Companhia possui uma rede de 5.965 médicos fiduciários (informação não auditada) e a Administração planeja continuar seu o plano de expansão da Companhia em 2023. Em 31/12/2023, a controladora registrou um prejuízo de R\$ 46.866 (R\$35.984 em 2022) e capital circulante líquido negativo de (R\$ 7.465) e capital circulante líquido positivo de R\$23.399 em 2022. A geração de caixa operacional foi de R\$16.121 em 2023 e R\$7.788 em 2022. Esse resultado é consequência da expansão da Companhia. Atualmente, há uma capacidade ociosa, o que é esperado, já que as novas unidades podem levar até 36 meses para "maturar". As unidades inauguradas nos últimos anos (2021, 2022 e 2023) ainda estão em processo de maturação. Paralelamente, a Companhia tem desenvolvido diversas ações por meio de seu núcleo de eficiência, que visa continuamente a redução de custos. Todas essas medidas têm o objetivo de mitigar os prejuízos atuais e alcançar lucratividade nos próximos anos. A Companhia tem implementado e revisado constantemente suas estratégias para melhorar os resultados e reduzir o nível de alavancagem financeira. Entre as principais iniciativas, destacam-se: • Reestruturação das dívidas, com captação de R\$ 66.887, junto à US International Development Finance Corporation (DFC), conseguindo alongamento dos prazos e redução dos juros e custos financeiros. (vide nota explicativa n.º 21 - eventos subsequentes). • Implementação de um amplo processo de redução de custos, incluindo a redução de pessoal, fechamento da unidade Mooca, entrega de andares administrativos, negociação e troca de fornecedores. Díante dessas iniciativas, o capital circulante líquido em 31/07/2024 é de R\$ 31.140 e a Administração possui uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Companhia tem uma sólida diferenciação no mercado de saúde brasileiro e continua a expandir sua atuação, conforme informado na nota de combinação de negócios, onde a Companhia adquiriu os laboratórios Pró-Femme Diagnóstico S.A. ("Pró-Femme") e a SAUD-Imagem Cubatão Centro Médico Diagnóstico-EIRELI ("SAUD"), durante o exercício de 2023, vide nota explicativa nº 6. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem estimativas contábeis elaboradas utilizando diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na continuidade operacional, pressupondo que a Companhia será capaz de cumprir suas obrigações com credores, incluindo os pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos.										
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS:										
2.1. Base para preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem estimativas contábeis elaboradas utilizando diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na continuidade operacional, pressupondo que a Companhia será capaz de cumprir suas obrigações com credores, incluindo os pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos.										
2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas. a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios em troca de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: As provisões										
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS										
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado		
		2023	2022			2023	2022			
Saldo em 31/12/2021		169.055	2.195		(97.751)		73.498			73.498
Aumento de capital social	13	1.000	-		-		1.000			1.000
Reserva de capital	13	-	56.000		-		56.000			56.000
Plano de opção de compra de ações	13	-	1.653		-		1.653			1.653
Prejuízo do exercício		-	(35.984)		-		(35.984)			(35.984)
Saldo em 31/12/2022		170.055	59.848		(133.735)		96.167			96.167
Plano de opção de compra de ações	13	-	38		-		38			38
Prejuízo do exercício	13	-	-				(46.866)			(46.866)
Saldo em 31/12/2023		170.055	59.886		(180.601)		49.339			48.586

continuação

GIP Medicina Diagnóstica S.A. e Controladas										
Norma ou interpretação	Descrição									
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback									
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Círculante ou Não Círculante									
Alterações CPC 26 (R1) Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis									
A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Femme em períodos futuros.										
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023					
Caixa e bancos	1.690	571	2.170							
Aplicações financeiras	33.246	66.000	36.868							
	34.936	66.571	39.038							
As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com remuneração de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez diária, prazos de vencimento inferiores a 90 dias e risco insignificante de mudança de valor, assim como no ano de 2022.										
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:										
	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023					
Contas a receber de clientes	66.666	57.273	71.468							
Provisão para glosas	(2.266)	(1.674)	(2.266)							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)	(358)	(2)							
	64.398	55.241	69.200							
Os saldos a receber por idade de vencimento dos títulos em 31 de dezembro estão distribuídos conforme segue:										
	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023					
A vencer	53.464	43.569	54.352							
Vencidos										
1 a 30 dias	3.938	3.172	4.142							
31 a 60 dias	2.036	2.009	2.291							
61 a 90 dias	1.459	1.364	2.057							
91 a 120 dias	1.645	2.494	2.305							
121 a 180 dias	1.681	1.858	5.005							
181 a 360 dias	2.420	2.630	1.316							
Acima de 360 dias	23	177								
	66.666	57.273	71.468							
O prazo médio de recebimento de clientes é de 93 dias (78 dias em 31/12/2022). As perdas de créditos esperados são constituídas com base no histórico de pagamentos por parte dos planos de saúde e atrasos, sendo esse revisado periodicamente. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto, sendo a despesa com a constituição da provisão registrada no resultado, na rubrica "Despesas operacionais - com vendas". A movimentação das provisões está assim demonstrada:										
Em 31/12/2021	(676)									
Adições provisão perda com glosa	(1.354)									
Adições provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)									
Em 31/12/2022	(2.032)									
Provisão perda com glosa	(592)									
Reversões provisão para créditos de liquidação duvidosa	356									
Em 31/12/2023	(2.268)									
5. IMPOSTOS A RECUPERAR: Os saldos dos impostos a recuperar são reconhecidos com base em controles fiscais e contábeis, revisados periodicamente pela Administração e considerados recuperáveis nas atividades regulares da Companhia, estando assim compostos:										
	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023					
PIS	106	369	106							
COFINS	489	1.666	489							
CSL reido sobre serviços	2.856	2.535	2.856							
IRRF reido sobre aplicação financeira	753	478	753							
IRRF reido sobre serviços	3.703	3.239	3.703							
IRPJ e CSLL a recuperar	-	101	-							
INSS a recuperar	2	-	2							
Outros	873	22	874							
	8.782	8.410	8.783							
6. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA:										
	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023					
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial (a)										
Pró-Femme Diagnósticos S.A.	1.758									
SAUD-Imagem Cubatão Centro Médico Diagnóstico-EIRELI	(1.806)									
Ágio e mais valia decorrente de combinação de negócios (i)	19.085									
Total investimentos	19.037									
(i) Refere-se à aquisição da Pró-Femme e SAUD-Imagem, vide detalhes na nota explicativa nº 6.1 - Combinação de negócios. a) Informações sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial:										
Capital Patrimonial Proj. do exercício										
Capital social	2.277	1.758	81%	(475)						
Líquido										
	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023					
Móveis e Utensílios	106	369	106							
COFINS	489	1.666	489							
CSL reido sobre serviços	2.856	2.535	2.856							
IRRF reido sobre aplicação financeira	753	478	753							
IRRF reido sobre serviços	3.703	3.239	3.703							
IRPJ e CSLL a recuperar	-	101	-							
INSS a recuperar	2	-	2							
Outros	873	22	874							
	8.782	8.410	8.783							
7. IMOBILIZADO LÍQUIDO:										
	Controladora	Taxa média	2023	2022						
	Controladora	Taxa média	2023	2022						
Móveis e Utensílios	10	12.844	(4.446)	8.398	7.482					
Instalações	10	2.859	(878)	1.981	1.257					
Máquinas e equipamentos	10	2.903	(655)	2.238	1.557					
Computadores e periféricos	20	10.601	(6.022)	4.579	4.470					
Máquinas equipamentos hospitalares	10	62.521	(28.118)	34.403	37.682					
Benefícios	8	68.438	(27.656)	40.782	37.096					
Outras imobilizações	10	673	(335)	338	308					
Obras em andamento		2.042	-	2.042	5.351					
	162.881	(68.120)	94.761	96.203						
7.1. VENDA DE IMOBILIZADO: Na demonstração dos fluxos de caixa, resultado da venda de imobilizado compreende:										
	Controladora	Controladora	2023	2022	2023					
Valor contábil líquido (Nota explicativa nº 7)	295	-	421							
Resultado da alienação de imobilizado	(55)	-	(99)							
	240	-	323							
A movimentação do imobilizado da controladora é como segue:										
	Móveis e Utensílios	<b								

continuação

lido para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 está apresentada a seguir:

Consolidado		
Saldo em 31/12/2022	90.359	
Adições provenientes de combinação de negócios	812	
Captação - Empréstimos e financiamentos	42.737	
Juros apropriados	17.976	
Amortização de principal	(34.305)	
Amortização de juros	(10.189)	
Resultado com derivativos	690	
Outros	832	
Saldo em 31/12/2023	108.912	

11. SALÁRIOS E ENCARGOS TRABALHISTAS:

12. PROVISÃO PARA RISCOS: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Apresentamos a seguir o quadro evolutivo das provisões para riscos trabalhistas e cíveis:

• Contingências com classificação de perda classificada como possível. A Companhia está envolvida em processos cíveis, fiscais e trabalhistas passivos no valor de R\$2.767 em 31/12/2023 (R\$2.046 em 31/12/2022), cuja probabilidade de perda é possível, segundo avaliação da Administração, suportada pela classificação feita pelos assessores jurídicos da Companhia. Nenhuma provisão foi registrada para esses processos, uma vez que os desembolsos não são prováveis de ocorrer na visão da Administração. • Em 2023, a Companhia adquiriu duas novas empresas SAUD-IMAGEM CUBATÃO CENTRO MÉDICO DIAGNÓSTICO S.A. e PRO FEMME DIAGNÓSTICOS S.A. e durante o processo de "due diligence" foram identificadas eventuais contingências. A análise de probabilidade de perda associada a riscos tributários, trabalhistas e financeiros, categorizando-os como possíveis ou prováveis são apresentadas a seguir:

Consolidado			
Controladora	Depósitos	Judiciais	
2023	2022	Total	
Saldo em 31/12/2021	90	87	177
Adições (reversões)	1.793	- 1.793	39
Em 31/12/2022	1.883	87	1.970
Adições (reversões)	28	28	(78)
Saldo em 31/12/2023	1.911	87	1.998

(i) Passivos contingentes registrados na adquiridas Saud-Imagem e Pro Femme. (ii) Passivos contingentes contabilizadas na controladora.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social: O capital subscrito em 31/12/2023 é representado por 26.036 ações (26.036 ações em 2022), com um valor patrimonial de R\$ 6,53 (sete reais e setenta e cinco centavos) por ação, perfazendo um capital total de R\$ 170.055 (cento e dezenove milhões e cinquenta e cinco mil reais), assim distribuído entre os acionistas:

2023 e 2022		
Ações ON	Ações PN	Total Ações %
Magnólia Fundo de Investimento	- 18.052.907	18.052.907 69,34%
Rogerio Ciarcia Ramires	1.978.785	- 1.978.785 7,60%
Décio Roveda Júnior	1.978.785	- 1.978.785 7,60%
Porto Feliz Holding S.A.	- 1.502.227	5,77%
RAF Holding Ltda.	1.254.001	- 4.82%
Vinícius Santos Silva	893.553	- 3.43%
Felipe Monteiro de Albuquerque	345.374	- 1.33%
Maurício José Palmieri	30.700	- 0,12%
Orlândi	7.983.425	18.052.907 26.036.332 100,00%

Cada ação ordinária confere ao seu titular direito (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais conferem, além dos demais direitos previstos na Lei brasileira, preferência de retorno em eventos de liquidação, em qualquer evento de liquidez, os recursos correspondentes serão primeiramente pagos ao detentor de ações preferenciais em valor por ação preferencial equivalente ao maior entre: (i) o preço de liquidação de ação preferencial, ou (ii) o valor que o detentor da ação preferencial teria direito a receber se cada ação fosse convertida em uma ação ordinária. Em nenhum evento de liquidez os acionistas originares serão obrigados a pagar ou desembolsar qualquer recurso ao investidor além do preço de aquisição que tais acionistas teriam recebido na ausência do preço de liquidação, limitando-se ao valor investido (preço de liquidação da ação preferencial). a) **Destinação do resultado:** A Companhia pode aprovar distribuições de dividendos anuais, com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia, da seguinte forma: (i) mediante análise e aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para qualquer dado ano fiscal da Companhia, os acionistas deverão primeiramente deduzir do lucro líquido da Companhia do ano fiscal anterior (a) todo e qualquer valor que obrigatoriamente deve ser retido, coletado ou de outra forma provisionado pela Companhia em seus registros contábeis, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade. A Constituição de reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, § 2º. O lucro líquido serão destacados, ainda, se necessário, os valores destinados à formação de reservas para contingências e lucros a realizar, na forma da Lei das Sociedades por Ações, mediante proposta da Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral. (b) todo caixa necessário para a Companhia realizar o orçamento anual e o plano de negócios para o ano fiscal corrente, conforme previsto no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia; e (ii) em conjunto com a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os acionistas, conforme previsto no acordo de acionistas, deverão fazer com que a Companhia distribua, ao menos, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo total do lucro líquido da Companhia, após terem sido feitas as deduções mencionadas no item (i) acima. b) **Plano de opções de compra de ações:** Em 2021 a Companhia iniciou seu primeiro programa de compra de ações. Em AGE realizada em 03/08/2021, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos seus administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia. As opções outorgadas no âmbito deste Plano de Opção representarão no máximo 7% (sete por cento) do capital social total da Companhia, já considerados os efeitos de diluição dos demais acionistas da Companhia, decorrente do exercício das Opções. A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31/12/2023 está apresentada a seguir:

2023		
Quantidade de opções	Quantidade de opções	%
Saldo no início do exercício	1.734.455	1.734.455
Concedidas durante o exercício	-	-
Saldo no fim do exercício	1.734.455	1.734.455

A data de outorga ocorreu em 03/10/2021, o prazo para o exercício das opções será de até 8 anos a partir do evento de liquidez. O plano de opção de compra de ações conterá dois tipos de opções, ambas opções com base em tempo (TBO), opções classe A e classe B. As opções de compra de ações são concedidas a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia. O preço do exercício da ação será equivalente ao preço da ação, devidamente corrigido pela variação anual do IPCA, desde a data base até a data do seu pagamento efetivo. As opções somente poderão ser exercidas mediante a ocorrência de Evento de Liqueza. **Valor justo:** O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo Binomial, é de R\$ 3,62 por opção Classe

GIP Medicina Diagnóstica S.A. e Controladas

E de R\$0,12 por opção Classe B. Os dados significativos incluídos no modelo foram: **Equity value** da Companhia, estimado pela Administração em R\$282.978.783,70, quantidade de ações da Companhia anterior à diluição que totaliza 23.307.293, volume de opções do plano de 1.032.537 opções Classe A e 701.918 opções Classe B (totalizando 1.734.455 opções), preço do exercício (*strike price*) por opção de R\$14,53, preço de barreira por opção de R\$24,25, volatilidade de 45,0% (mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística dos preços semanais das ações durante os últimos cinco anos) e taxa de livre de risco de 5,0% (*5% Treasury* ajustado pelo diferencial de inflação e acrescido do risco país). O valor justo para os Planos de Opção de Compra de Ações foi calculado na data de outorga de cada plano com base no método "Binomial".

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

Consolidado		
2023	2022	2023
Provisão de férias e encargos	4.536	4.307
Salários a pagar	2.397	2.149
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	1.342	1.070
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	377	-
IRPJ Retido na Fonte (IRRF)	770	608
assalariado	308	75
Outros	9.730	8.209
Saldo em 31/12/2023	10.200	

15. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS: A Companhia apresenta a demonstração do resultado do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em sua função. A apresentação das despesas por natureza é como segue:

Consolidado		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023			
Controladora	Depósitos	Judiciais	
2023	2022	Total	
Saldo em 31/12/2021	90	87	177
Adições (reversões)	1.793	- 1.793	39
Em 31/12/2022	1.883	87	1.970
Adições (reversões)	28	28	(78)
Saldo em 31/12/2023	1.911	87	1.998

(i) Passivos contingentes registrados na adquiridas Saud-Imagem e Pro Femme. (ii) Passivos contingentes contabilizadas na controladora.

16. RESULTADO FINANCEIRO:

Consolidado		
Controladora	2023	2022
2023	2022	2023

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Depósitos	Judiciais
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

2023		
Controladora	Trabalhistas	Cíveis
2023	2022	Total

continuação

e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles

GIP Medicina Diagnóstica S.A. e Controladas

internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações

foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis

pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24/10/2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/0-8Ricardo Ramos da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 196573/0-0

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR 2 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE: 3530060530-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Horário e Local: 06 de dezembro de 2024, às 14:00 horas, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjunto 5, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP.**Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo.**III. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:**

Deliberar sobre (i) a alteração do endereço da sede social da Companhia e, se aprovado, a consequente alteração e adequação do artigo 2º do Estatuto Social; e (ii) a modificação e consolidação do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I a esta ata.

V. Deliberações: Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) alterar o endereço da sede social da Companhia, o qual passa de Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, de modo que o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º - A Companhia tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 7.788, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 07457-007, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria." (ii) de forma a refletir as deliberações acima, reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta ata.**VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §2º, da Lei das S.A.**VII. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustaino) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, representado por sua gestora, Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., a qual é representada, por sua vez, nos termos do seu contrato social por Ralph Gustavo Rosenberg Whittaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas. A presente ata foi lavrada em 1 via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio, São Paulo, 06 de dezembro de 2024, JUCESP nº 466.109/24-6 em 19/12/2024, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO:****Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração.** **Artigo 1º -** A EPR 2 Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis, bem como pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas").**Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria.**Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social: (i)

Explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem, empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; e (ii)

Prestar serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral e a participação em sociedades que prestem tais serviços.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.**Capítulo II. Capital Social.** **Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 70.862.137,00 (setenta milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e sete reais), representado por 320.935.018 (trezentas e vinte milhões, novecentas e trinta e cinco mil e dezoito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.**Artigo 6º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral").**Artigo 7º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes.**Artigo 8º -** Todas as ações de emissão da Companhia serão encartadas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares.**Artigo 9º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas.**Artigo 10º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 11º -** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.**Artigo 12º -** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.**Artigo 13º -** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas.**Artigo 14º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 15º -** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas.**Artigo 16º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 17º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 18º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 19º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 20º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 21º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 22º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 23º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 24º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 25º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 26º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 27º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 28º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 29º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 30º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 31º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 32º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 33º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 34º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 35º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 36º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 37º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 38º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 39º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 40º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 41º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 42º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 43º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 44º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 45º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 46º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 47º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 48º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 49º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 50º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 51º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 52º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 53º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 54º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 55º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 56º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Artigo 57º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.**Art**

Alcantil Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 50.220.886/0001-57 - NIRE 35.300.612.949
CERTIDÃO - Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2024
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 465.640/24-2
em 17/12/2024. Marina Centurion Dardan - Secretária Geral em Exercício.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança
garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

